

# APONTAMENTOS SOBRE CRÍTICA E RAÇA NA LITERATURA BRASILEIRA: ANOTAÇÕES A PARTIR DE LIMA BARRETO

*Jorge Augusto (IFBA)<sup>10</sup>*

*[...] parece fundamental que os envolvidos nas artes negras contemporâneas participem de uma discussão sobre estética.  
(bell hooks)*

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a literatura negra/afro-brasileira/negro-brasileira tem alargado de forma significativa o alcance, a dimensão e o escopo daquilo que se convencionou chamar de literatura brasileira. Condições de possibilidade inéditas permitiram a solidificação do debate e instituição acadêmica de disciplinas e pesquisas que se voltaram à temática da produção textual de pessoas negras.

Devido à escassez histórica desse debate no ambiente acadêmico, sua fundamentação e desenvolvimento têm que dialogar e tencionar a tradição canônica, de

---

<sup>10</sup> Docente no Instituto Federal Baiano. Coordena os grupos de pesquisa Rasuras/UFBA e PERIFA/IF Baiano, onde desenvolve o projeto de pesquisa Modos de Fazer: aplicação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, no município de Itaberaba/BA.

forma prospectiva, mas também, retrospectiva. São muitas as frentes das quais se ocupam a crítica literária voltada às obras negras: fazer o inventário dos autores e obras negras apagadas pela historiografia tradicional; instituir os termos do debate, critérios de avaliação, valoração que não reproduzam os processos de apagamentos da crítica canônica; produzir categorias teóricas e repertório crítico que dialoguem com as especificidades de obras produzidas a partir do repertório cultural negro; elaborar modos de fazer a pesquisa que sejam menos dependentes dos métodos científicos baseados no eurocentrismo e seu discurso de universalidade e neutralidade; pensar e discutir o ensino da literatura negra e africana na sala de aula e elaborar materiais didáticos que não sejam baseados nos estereótipos que constituíram a aparição negra ao longo da nossa literatura. Enfim, há uma imensa engrenagem funcionando no cerne da crítica negra no Brasil, buscando responder a uma demanda histórica pela capacidade de imaginar uma sociedade que não seja baseada na violência do epistemicídio e do genocídio negro, ou seja, que não se constitua a partir da hierarquia racial.

Nesse sentido acreditamos na relevância de uma dobra no exercício crítico do campo da literatura negra, ou seja, na importância de, ao mesmo tempo que executamos esse imenso trabalho, que certamente atravessará ainda algumas gerações, irmos simultaneamente avaliando seu processo, delineando seus contornos, debatendo uma ou outra questão que nos permita ajustar eventuais equívocos e/ou potencializar os acertos.

A necessidade dessa empreitada é inegável e inegociável à medida que a sociedade brasileira foi fundada a partir do *ethos* da antinegitude, tomada do projeto de modernidade ao qual nos filiamos enquanto nação. Nesse sentido os avanços conquistados nas dimensões políticas, epistêmicas e culturais, estão sempre sob ameaça, já que seguem rodeadas por uma estrutura racial que visa, quando não pode destruir, capitalizar todo ganho dos movimentos sociais da população negra como moeda de troca no mercado neoliberal ou para o campo político partidário, mitigando assim parte importante da força de ruptura dessas ações.

No campo da literatura isso se traduz em integrar e incluir as obras literárias negras em uma genealogia e uma taxonomia tradicionais, que os próprios intelectuais<sup>11</sup> e pesquisadores negros têm se encarregado de apontar como defasadas e insuficientes para abordar com aspectos específicos da produção textual negra.

---

<sup>11</sup> Citamos aqui alguns desses pesquisadores e suas obras: Edmilson de Almeida Pereira. *Entre Orfe(x)u e Exunouveau*. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2017; Henrique Freitas. *O arco e a Arkhé: ensaios sobre Literatura e Cultura*. SSA. Ogum's Toques Negros, 2016; Leda Maria Martins. *Afrografias da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 1997. Jorge Augusto. *Contemporaneidades Periféricas*. Salvador: Segundo Selo, 2018.

São exemplos desses gestos de contenção: as classificações arbitrárias, o uso controverso de “resistência” como categoria de análise literária, e o biografismo como método de leitura dos textos negros.

Diante disso, nos propomos a investir nesse ensaio como exercício metacrítico, especulando livremente sobre como esses três gestos de leitura que circulam entre os campos da crítica canônica e da crítica negra, quando voltados à análise da literatura afro-brasileira podem funcionar como estratégias de contenção de sua potência de inventícia, fazendo com que propostas estéticas de ruptura ecoem como movimentos de integração ao corpus moribundo da crítica canônica.

Nesse sentido abordaremos os três tópicos, a partir da obra de Lima Barreto, buscando mostrar: como a raça modula sua classificação como pré-modernista; o uso da noção de resistência nas análises de sua obra; e a utilização do biografismo como método de interpretação dela.

## 1. PRIMEIRO APONTAMENTO: RAÇA, NAÇÃO E PRÉ-MODERNISMO

Nesse tópico buscaremos esboçar como a raça ocupava o cenário literário no momento em que Lima Barreto escrevia suas obras. Em que pese o caráter relativamente conhecido desse debate achamos necessário recapitular, mesmo que rapidamente, seus termos, para contextualizarmos as relações entre o autor e o modernismo. Esboçaremos esse desenho em duas dimensões; na sincrônica e na diacrônica. Na primeira, o autor está submerso no contexto em que as teorias raciais cunhadas no Positivismo agendam o debate do desenvolvimento nacional, atribuindo à raça negra a responsabilidade do atraso civilizatório brasileiro. Assim, Darwinismo social, Evolucionismo histórico e Frenologia, davam as bases científicas, nos campos das humanidades e da biologia, para a negação da plena humanidade negra, legitimando a antinegitude que já alicerçava as relações sociais no Brasil. A hierarquia racial era estabelecida, então, como um dado natural, no qual brancos e europeus gozavam, mesmo no período pós-abolição, de um inegável status de superioridade ontológica diante das populações negras e ameríndias.

Essa racialização das ciências humanas praticamente monopolizava a agenda intelectual brasileira na passagem do século XIX para o XX, operando a biologização da nação, traçando como condição de possibilidade para seu progresso técnico e civilizatório a aniquilação da população negra. É nesse contexto que a elite burguesa/colonial, a essa altura já “proprietária” do Estado, instaura uma

série de dispositivos segregacionistas que se estendem da lei de terras, de 1850,<sup>12</sup> passando pela lei da vadiagem, de 1889,<sup>13</sup> e chegando à política de branqueamento já em 1890.<sup>14</sup> Portanto, a limpeza étnica enxergada como apagamento simbólico e extermínio físico da população negra era a condição imposta para que o Brasil avançasse enquanto nação, caracterizando indubitavelmente a eugenia como mecanismo de produção civilizatória.

Esse projeto de nação, embora se encontrasse efervescente no início do século XX, no plano diacrônico, já acompanhava o pensamento brasileiro, com suas variações de tom e intensidade, desde o início do Romantismo literário. Podemos traçar rapidamente uma linha de suas variações para compreender como suas diferenças giram em torno do mesmo dispositivo de fabulação do nacional: raça. Em meados do século XIX, com José de Alencar e companhia, a raça norteava o programa nacionalista investindo em um arremedo de mestiçagem que excluía a população negra, concebendo a brasilidade por meio de uma herança ameríndia e portuguesa, como representado na cena final de *Iracema*. Já no final do século XIX, o crescimento urbano nas cidades, após a abolição, contando com grande contingente de negros em busca do trabalho assalariado, contradiz absolutamente a idealização romântica crente ainda numa mestiçagem apaziguadora e na extinção silenciosa da população negra. A presença das escolas politécnicas, das universidades, os primeiros contatos com os projetos de desenvolvimento técnico exigem dos intelectuais da elite brasileira uma explicação atualizada, de como operacionalizar a homogeneização étnica da nação, para que fosse possível sua entrada na modernidade ocidental.

É nesse contexto que o naturalismo relê a questão racial secularizando sua compreensão com base nas teorias científicas já citadas. A ciência moderna de base europeia vem garantir aos povos subalternizados no processo colonial a porta de entrada para a modernidade, estava tudo contabilizado na assimetria racial, tão bem exposta por Aluízio de Azevedo. A mestiçagem passa a ser então o signo do atraso, a mistura racial que emergia em Alencar como mecanismo e signo da emergência civilizatória, passa agora a ser interdita e exposta como

---

<sup>12</sup> Lei 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, vedando naquele contexto o acesso da população negra à terra.

<sup>13</sup> Código Penal de 1890 – Capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras.

<sup>14</sup> Entre as leis que regulavam a imigração para o Brasil, incentivando a chegada de europeus e proibindo a entrada de africanos e asiáticos, está o Decreto 528, de 1890.

signo do atraso.<sup>15</sup> A nação estaria segura nas mãos da raça branca, naturalmente mais forte e mais preparada biologicamente.

Porém, no plano político essa assertiva da superioridade branca e o ideal de pureza racial ambicionado pela elite brasileira não podiam conviver com a presença negra que também se solidificaria no Brasil sem o processo de mistura racial. A deportação, o definhamento, e o abandono radical da população negra esbarravam em elementos óbvios, como a dependência econômica que o país tinha da produção negra. Era necessário que os intelectuais da elite nacional formassem discursivamente uma maneira de controlar a presença negra e enquadrá-la nas condições de uma existência precária, ou seja, mantê-la no constante terror que é a ameaça contínua da morte. Isso foi conseguido, por meio da “integração” hiperprecarizada da população negra na instauração do capitalismo no Brasil, ou seja, deixando o corpo negro transitar como excesso de mão de obra, que regula para baixo a participação popular na circulação de capital, fazendo do emprego e renda um luxo, para poucos e brancos trabalhadores. Com essa operação, a elite burguesa colonial passava a explicar a desigualdade social não mais pelo, antes, necessário apagamento do negro, mas por sua má colocação no mercado de trabalho.

Essa reorganização do campo social brasileiro encontra no Modernismo de 1922 um núcleo discursivo importante, uma complexa equação é desenhada no pensamento racial brasileiro. A primeira, mais radical e incisiva mudança de paradigma do movimento paulista é a premissa de que a raça não era o vetor explicativo do nosso atraso. Ele ocorria por questões de defasagem tecnológica e cultural, e para superá-los tínhamos que afirmar nossa própria identidade, ou seja, acatar aquilo que nos diferenciava do resto do mundo, a saber: a mestiçagem. É inegável a radicalidade dessa proposição, na medida que ela subverte quase um século de esforço da erudição brasileira em exterminar a presença afro-indígena para afirmar uma nacionalidade de matriz exclusivamente europeia, prometendo justo o oposto, tomar suas presenças na definição do ser brasileiro.

Mas como temos formulado em outros trabalhos,<sup>16</sup> a transformação prometida pelo modernismo paulista trata-se primeiro de uma retomada e ampliação do projeto

---

<sup>15</sup> Não vamos repisar aqui as teorias raciais do século XIX já tão bem conhecidas da população brasileira que se interessa minimamente por conhecer o contexto de produção do racismo brasileiro. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das letras, 1993.

<sup>16</sup> O modernismo negro: amefricanidade, oralitura e continuum em Lima Barreto (tese de doutorado defendida no programa de Pós-graduação em Literatura e Crítica da Cultura – UFBA), 2020; Anotações sobre Lima Barreto e o Modernismo de 22. In: *As Margens do texto e as múltiplas perspectivas de leitura*, Salvador. EDUFBA, 2018; *Modernismo e modernidade*

de mestiçagem do primeiro romantismo alencariano, e isso não quer dizer que há uma reprodução daquele. As diferenças são bastante significativas, assim como as similaridades são inegáveis. As diferenças entre os dois projetos nacionais se fundamentam basicamente em duas coisas: a) na ampliação da mestiçagem incluindo nela o grupo étnico negro; b) na transposição da mestiçagem do plano biológico para o cultural. No campo dos diálogos o modernismo reencena um processo de mestiçagem cordial e aposta em uma leitura na qual o elemento branco prevalece, porém, a ênfase dessa superioridade é lançada ao plano cultural.

No projeto modernista a mestiçagem emergia como dispositivo biológico de fundação de uma nova racialidade para o Brasil, que de três retornaria ao um. O que estava em jogo era apresentar uma equação na qual o saldo final fosse a constituição de um povo, etnicamente singular e culturalmente branco. Mas havia um segundo e dramático dado dessa equação: as teorias científicas contemporâneas ao modernismo eram taxativas em afirmar a superioridade da raça branca sobre a negra, e decretavam que em algum tempo, o branqueamento nos possibilitaria a “desejada” semelhança étnica com o europeu.

Assim, a defesa de uma mestiçagem cultural e étnica nesse determinado contexto ganhava desdobramentos dramáticos para a população negra, pois reinvestia as pulsões de homogeneidade da classe dirigente num projeto de apagamento gradual da população negra, o que Abdias Nascimento (2016) veio chamar de “genocídio negro”. Nessa proposta modernista a superioridade da cultura branca-europeia interdita da cena da nacionalidade a imensa contribuição negra para a formulação da nação, reativando o caminho para o apagamento não apenas de parte significativa da história nacional, mas de um grupo social inteiro. Esse apagamento não era efetivado a partir da exclusão deliberada, como no projeto romântico, mas sim de uma inclusão controlada e gradualmente diluída da presença negra. Como acontece na gritante “ausência” negra e de seu repertório cultural na Semana de Arte Moderna de 22, como também de sua presença nos anais ou antecedentes históricos do movimento.

É justamente nesse ponto que Lima Barreto instaura-se como uma rasura indigesta para a tradição literária que se forjava no projeto de modernidade brasileira. Sua presença é um exemplo cabal de integração controlada e diluição da contribuição negra para as letras nacionais, pois, um conjunto de fatos atestam a proximidade de Lima Barreto do modernismo paulista, elenquemos alguns: a declaração de Sergio Miliet de que os jovens paulistas gostavam muito do romance

---

em Lima Barreto. In: Triste Fim de Policarpo Quaresma. Rio de Janeiro. Antofágica, 2020, entre outros.

*Triste fim de polícarpo Quaresma*, o envio de um número da Revista Klaxon pelos poetas modernistas para Lima Barreto, e os artigos publicados pelo autor carioca sobre a publicação, seguida meses depois de uma resposta, correntemente creditada a Mário de Andrade.

Mas para além desses fatos históricos que comprovam o não desconhecimento do grupo modernista das obras de Lima Barreto, há uma dimensão estética que os aproximou, como assinala Gregory Rabassa, “uma comparação retrospectiva da sua obra [de Lima Barreto] e da finalidade daquele movimento literário poderia justificar a afirmativa de que ele foi o único que preencheu os objetivos do modernismo primeiramente postulados na Semana de Arte Moderna em São Paulo [...]” (RABASSA, 1965, p. 365). Nesse sentido, a ausência de Lima Barreto da historicização do movimento modernista deve ser melhor compreendida. Pois ela não se baseia em critérios estéticos, nem em desencontro histórico, mas se alicerça em uma disparidade absoluta de projeto civilizatório e compromisso ético-político.

A chave para entender essa questão, que será abordada aqui de modo sumário, é compreender a equação racial brasileira pela perspectiva de Lima Barreto. O autor investe sua literatura em prol de um projeto ético-estético que concebe tanto as diferenças raciais quanto culturais, a partir de um prisma não hierarquizado, e sobretudo, no que Muniz Sodré chama de “princípio da troca”. Para ele, as contribuições negras, indígenas e europeias compunham um repertório que deveria ser posto em diálogo, mas esse diálogo não atendia aos pressupostos vigentes e defendidos pelo modernismo, pois não apostavam numa fusão apaziguadora e diluidora das diferenças, nem implicavam superioridade de um registro sobre outro, antes conversariam tensivamente numa perspectiva de “comunicação transcultural” (SODRÉ, 2017). O que está posto nesse projeto de Lima Barreto é uma contundente e assertiva negação da lógica positivista que subsidiava o discurso de inferioridade negra. A negação da hierarquização cultural e étnica era corolário da recusa do lugar dado aos grupos não brancos no projeto de modernidade.

Essa negativa da hierarquização se encontra em diversas passagens dos romances de Lima Barreto, mas sobretudo integra a própria estrutura de sua obra. Tomaremos dois exemplos para ilustrar nosso argumento: quando em “Policarpo Quaresma” Chica, a velha cafusa, retira com um feitiço todos os bichos de sua plantação, o que ele não havia conseguido aplicando as diversas técnicas científicas que dispunha. Ou quando Albernaz, descrente da ciência busca o alívio para o desatino de sua filha com feiticeiros e curandeiros. Esses episódios, entre muitos outros, ilustram de forma decisiva o modo como ciência e saber popular dividem a cena do conhecimento em sua obra.

Um exemplo de outra natureza ocorre em *O cemitério dos Vivos*. Lima Barreto credita a um personagem supostamente privado de sua plena sanidade mental, conforme as determinações da ciência da época, um discurso crítico sobre a racionalidade científica: “Lembrei-me então dos outros tempos em que supus o universo guiado por leis certas e determinadas, em que nenhuma vontade, humana ou não, a elas estranhas, poderia intervir, leis que a ciência humana iria aos poucos desvendando” (BARRETO, 2004 p. 164). Com esse enredo o autor punha em xeque o próprio fundamento do projeto moderno, que é a supremacia absoluta da racionalidade como paradigma de gestão da vida social.

Essas breves demonstrações visam a basicamente indicar a incompatibilidade entre os projetos modernistas de 22 e o que foi desenvolvido na obra de Lima Barreto – a dimensão racial aparece de maneira oposta entre ambos. Porém, o grupo paulista teve como grande trunfo diante às outras propostas, uma inegável correspondência entre suas propostas estéticas e discursivas e o projeto político que a elite burguesa/colonial tinha para o Brasil: a ênfase na mestiçagem apaziguadora e no progresso técnico, como meios de entrar na modernidade ocidental servia perfeitamente aos propósitos do grupo dirigente que intentava manter intactas as relações de poder na passagem da monarquia para a república. Para isso era fundamental a política de branqueamento embasada na atualização modernista e freiriana da mestiçagem, pois com ela conseguia manter o monopólio político, epistêmico e econômico de duas formas básicas: mantendo e intensificando a divisão racial do trabalho, mesmo no contexto supostamente democrático da república; e manter a presença negra controlada por uma inclusão alegórica na produção simbólica da nação, enquanto o cruzamento racial operava a eugenia, como curso natural da história.

Dessa forma, não apenas Lima Barreto, mas todos os projetos que não se alinharam discursivamente ao modernismo paulista, acabaram por encontrar, por parte da crítica brasileira, formas de contenção às suas propostas. No caso da obra barreteana uma das estratégias mais eficientes para conter o aspecto central de suas formulações foi efetuada por nossa historiografia literária: a classificação e encarceramento do autor na categoria estéril de pré-modernista.

Como em pleno 2021, continuamos circulando nos mais diversos livros didáticos essa classificação para obras como a de Lima Barreto e Augusto dos Anjos, inviabilizando uma abordagem ampla de suas produções éticas e estéticas nos materiais didáticos distribuídos para toda rede de ensino no Brasil. Isso dificulta a compreensão por parte de docentes e discentes dos aspectos tensivos do modernismo brasileiro, além de, é claro, fazer subsumir na cronologia na literatura escolar, a



questão central da literatura brasileira até ali: a raça. Como consequência disso, o debate racial, inerente às práticas cotidianas e históricas do povo brasileiro vai sendo subtraído aqui, ali e acolá, em função de uma abordagem lateral e parcial da obra literária, que além de mitigar sua potência crítica, alija seu alcance histórico. É em oposição a essa abordagem claustrofóbica da obra de Lima Barreto como pré-modernista que fizemos esse primeiro apontamento, buscando mostrar como essa classificação de sua obra, visa sombrear o debate racial que ela traz, e com isso manter em funcionamento um efeito de homogeneidade discursiva no modernismo paulista.

## 2. SEGUNDO APONTAMENTO: RAÇA, REPÚBLICA E RESISTÊNCIA

A chave analítica da resistência emergiu nas leituras feitas sobre a obra de Lima Barreto com muita força, os aspectos centrais dessas críticas versam sobre as ideias de engajamento, militância e denúncia. De modo geral elas apontam para o valor historiográfico da produção textual do autor, ressaltando como por meio dela, podemos acessar o período republicano, compreender suas relações de poder, e conhecer dados importantes da história brasileira a partir de uma narrativa não hegemônica.

Expor um quadro histórico, porém, não corresponde na obra de Lima Barreto a um desejo cartográfico, mas a inscrição de uma disputa narrativa “[...] é fruto de suas inquietações acerca do que foi negligenciado pela história oficial, mas de outro ponto de vista, do ponto de vista de um negro, um negro que não viveu a escravidão, mas que conhece a história, contada por quem viveu ou esteve muito próxima dela, e sofreu com seus horrores” (SANTANA, 2005, p. 53). Nesse sentido Suely Santana, situava a escrita barreteana como forma de resistência, se configurando, talvez, como “[...] meio de denunciar as tragédias motivadas pelo horror da escravidão e que por muito tempo ficaram subterrâneas” (Idem, 2005, p. 56).

Esse aspecto da denúncia na obra de Barreto tem se mantido como uma linha de força em sua recepção crítica sob o argumento de sua inegável atualidade. Defende-se, com razão, que o autor desenha um quadro da sociedade brasileira que não cansa de se repetir nas nossas relações políticas e cotidianas, como um looping no qual está inscrito nossos vícios, como a corrupção, a privatização do Estado pela elite burguesa/colonial, a imitação do estrangeiro, a exclusão social dos mais pobres, enfim, um conjunto de características que desenharam o quadro de nossa precariedade.

A compreensão que expomos encontra eco em grandes intérpretes da cena histórica brasileira como Sevcenko (1995), em *Literatura como Missão*, para quem o texto de Lima Barreto, “[...] ocorre para que a história seja contada, de novo [...]”. Assim, a disputa pela narrativa histórica inscreve sua obra no campo da denúncia contra os processos de exclusão na sociedade brasileira, e a continuidade dos processos apontados por ele, contribuem de forma decisiva para a importância de sua literatura no Brasil contemporâneo e explicaria a imensa recepção crítica que seu trabalho tem atualmente. Em suma a potência de sua escrita estaria no fato de nos ajudar a entender quem somos a partir da inscrição histórica de nosso fracasso.

No núcleo das denúncias operadas pela obra barreteana encontramos dois núcleos estruturantes: raça e república. A raça é a base sistematizadora da obra de Lima Barreto, não estamos dizendo com isso, que toda leitura de sua obra só é possível pela chave racial, mas que toda a leitura que negligência essa dimensão de sua obra está fadada a conviver em si com enormes lapsos e silenciamentos. Embora o campo literário nacional seja notabilizado por produzir leituras desracializadas, mesmo em obras nas quais a racialização tem função ética e estética, isso não pode ser feito sem custar a mitigação do potencial criativo do texto barreteano. Estamos chamando atenção para o fato de que a raça é a estrutura profunda de sua fabulação ficcional e está no cerne da imensa maioria das denúncias que o autor faz em seus textos, porque para nós, mesmo as acusações desferidas contra o regime republicano têm suas bases fincadas na questão racial, ou melhor dizendo: contra a questão racial.

A viga que sustenta a cartografia das denúncias efetuadas por Lima Barreto, dizem respeito ao acontecimento que fundou o ciclo de repetições históricas no qual se funda a política brasileira, a saber: a manutenção intacta do circuito de poder da sociedade escravagista para a república, efetuada pela privatização do Estado pela antiga oligarquia nacional. Esse evento aparece sem ressalvas no romance *Os Bruzundangas*, quando o narrador nos conta que os donos das propriedades agrícolas são “[...] inábeis para dirigir qualquer coisa [...], suas fazendas ou usinas são governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos” (BARRETO, 2018 p. 147). A falência dos projetos nacionais no Brasil, a incapacidade de a democracia funcionar efetivamente, a politicagem despótica e fraudulenta, e a desigualdade social alarmante, encontram o mesmo fundamento histórico em Lima Barreto: a exclusão do povo negro dos processos de cidadanização.

Nesse sentido acreditamos que a categoria teórica de “resistência” – como vem sendo manipulada no campo crítico das letras nacionais – é apropriada, mas

ao mesmo tempo limitada para agenciar tanto a leitura analítica, quanto o ensino, debate e a formulação de proposições didáticas entorno da obra do autor carioca.

Em livros como *Os Bruzundangas*, *Aventuras do Dr. Bogoloff*, ou *Triste fim de Policarpo Quaresma* a república, a nação e a democracia encontram sua falência moral, figurando como engodos do projeto de modernidade empenhado pelo grupo dirigente, e a denúncia efetuada pelo autor gira entorno do desejo de fotografar por dentro as engrenagens viciadas da repetição colonial na esfera pública da república. Já em outras obras como, *Clara dos Anjos* e *Carta ao escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto investiga e alegoriza o efeito dessa repetição na vida das pessoas negras, mostrando como seus desdobramentos psíquicos e físicos materializam a perversão da elite colonial e seu desejo de aniquilamento da população negra.

O que está em jogo entre uma cena e outra é mais que o desenho da continuidade da estrutura colonial – corresponde à impossibilidade da plena vivência da experiência humana para o ser negro no projeto moderno de nação brasileira. Para compreendermos o alcance radical dessas proposições barreteanas são caras as contribuições legadas pelo debate encabeçado pelos autores que se inscrevem com afropessimistas ou dialogam com essa vertente da produção teórica negra. Pois, acreditamos que nesse looping colonial em que giram os dois protagonistas negros de Lima Barreto é alegorizada a “morte social” (PATTERSON, 2008) como condição estruturante de suas existências.

Tomamos aqui duas cenas para exemplificar o que falamos: a cena final de *Clara dos Anjos*, quando a protagonista enuncia: “Mamãe! Mamãe” / “Nós não somos nada nesta vida”. O segundo quadro encontramos no personagem Isaías Caminha, quando ele já tendo reduzido ao mínimo possível suas expectativas e ambições de inclusão na sociedade de classes e gozar do status de cidadão, ele entende que não tem os direitos que lhe foram anunciados e após ter sido lhe recusada uma vaga para entregador de pão, ele descreve o seguinte: “naquela recusa do padeiro em me admitir, eu descobria uma espécie de sítio posto a minha vida” (BARRETO, 2018, p. 81), diante do limite imposto à sua vida, Caminha encara a morte “Continuei a olhar o mar fixamente, de costas para os bondes que passavam. Aos poucos ele hipnotizou-me, atraiu-me, parecia que me convidava a ir viver nele, a dissolver-me nas suas águas infinitas [...]” (*idem*, 2008, p. 82). Aproximando a lente e focando os protagonistas negros de Lima Barreto, veremos que são “excluídos das esferas de cidadania, do consumo, de pertencimento político. Da Humanidade. Ser negro significa não ser; significa ser, desde sempre, socialmente morto” (VARGAS, 2017, p. 92).

Ambas as cenas acionam a despossessão, a nulidade, a morte e o abandono como signos que gravitam entorno da vida negra, como saldo da interdição de seu trânsito social, asfixiando sua capacidade de movimento e produzindo o que Osmundo Pinho chamou de “uma forma de subjetividade carcerária” (2017, p. 173). Por isso, nada acontece com os protagonistas negros de Lima Barreto, nada muda em suas vidas nada se move em seus enredos, eles giram entorno do próprio eixo desenhando um espaço restrito de gesticulação que Pinho (2017) chama “a zona da morte”. Esse espaço em Isaías Caminha é caracterizado pela imobilidade social, territorial, econômica, cultural, pela despossessão absoluta e precarização ontológica. Essa situação é aparentemente atenuada, algumas vezes, por uma espécie de concessão ou tutoria de alguma pessoa branca e com prestígio social, em favor de Isaías Caminha, o que só confirma sua condição de encarceramento existencial.

Os protagonistas negros e negras de Lima Barreto permanecem pois, nessa “zona da morte”, e vão aos poucos compreendendo, tanto Clara quanto Isaías, que a promessa moderna da universalidade humana não inclui o negro, pois como afirma Frank B. Wilderson III, é a raça que regula a “distribuição de valores dentro da humanidade” (2017, p. 83), e por isso, na nação moderna, “apesar da inferioridade das pessoas negras não ser mais o padrão legal, as várias estratégias de racismo do estado produziram uma classe subjugada e subordinada dentro do corpo político, apesar do verniz de neutralidade e igualdade” (HARTMAN *apud* VARGAS, 2017, p. 96).

Pretendemos argumentar com isso que as denúncias sobre a continuidade dos processos políticos da sociedade colonial, em plena instauração da república, não devem agenciar a compreensão da falência do projeto moderno como forma de governo, somente, mas evidenciar que os processos de atualização da “escravidão, definida pela despossessão total, alienação radical de si do sujeito ou supressão da autonomia e dignidade em suas formas extremas [...]” (PINHO, 2021, p. 43), engendram a produção incessante de uma precariedade ontológica, nos protagonistas negros de Barreto. E essa dimensão de sua obra não pode ser corretamente avaliada e debatida a partir da noção de resistência. Pois, o autor faz um investimento criativo e crítico de não apenas denunciar a engenharia moderna de aniquilamento do sujeito negro, mas também de produzir uma rede de significações na qual ele possa produzir-se subjetivamente como potência existencial e humana.

Em suma, a abordagem de Lima Barreto nos permite enxergar a antinegitude como fundamento do projeto moderno que a elite nacional tentava implementar

no Brasil, a partir da *morte social* negra como sua condição estruturante, e da produção de um Estado que privatizado pela elite colonial/burguesa erigia seu aparato político-jurídico a fim de garantir a legitimação e execução do genocídio negro. A resposta a essa continuidade colonial do projeto de Estado, na obra de Lima Barreto, ultrapassa a dimensão que acreditamos poder ser transposta na categoria de *resistência*. Primeiro, porque a resistência age sempre em função de uma força, e nesse contexto em que narramos, a força que provoca a resistência é inegavelmente maior que ela. Segundo, porque essa resistência visa se opor aos processos de exclusão, o que não me parece dar conta da radicalidade da proposta de Lima Barreto, que defendia valores diversos do que trazia a modernidade europeia e seu projeto de nação homogênea. Assim, não se tratava de resistir aos processos de exclusão visando uma integração, mas de propor uma outra modernidade.

Em *O Modernismo negro* chamamos essa proposta barreteana de *humanismo pós-colonialidade*, acreditando que o autor nos legou o desejo de superação das hierarquias raciais, como projeto de uma modernidade por vir. Essa empreitada pode ser grosseiramente sumarizada da seguinte forma: o autor recorre ao repertório cultural negro, em suas dimensões territoriais, epistêmicas e políticas, para sugerir um conjunto de valores civilizatórios que atravessam as culturas negras na diáspora, como: solidariedade, multiplicidade, movimento, troca, e “comunicação transcultural”. Por isso acreditamos que a categoria de reexistência pode agenciar uma compreensão maior dos processos de produção subjetiva que derivam dessa proposição barreteana.

Em seu *Letramentos de reexistência* Ana Lúcia Silva Souza, nos coloca a seguinte questão: como saberes que circulam no cotidiano das populações negras e em seus movimentos sociais agenciam formas políticas de resistência, mas também de produção subjetiva, ou seja, de reexistência? A partir de seus debates chegamos a seguinte resposta: “[...] quando começamos a olhar para esses grupos não pela ausência, mas pela presença de conhecimentos não valorizados socialmente, mas importantes para suas vidas, como é o caso dos letramentos da e na cultura Hip Hop” (2011, p. 35). Essa possibilidade aberta pela proposição de Souza, nos permite compreender uma dimensão de letramento de reexistência na obra de Lima Barreto, que visa, não denunciar, apenas, mas constituir-se como uma alternativa à morte social negra, produzindo um território cultural de invenção subjetiva no qual o ser negro, possa disputar o seu estar-no-mundo, acessando seu repertório cultural e epistêmico, por intermédio da oralidade, da memória, do território, da religiosidade, como ferramentas para a produção de si.

Nesse sentido, o segundo apontamento deve ser compreendido, como a defesa de uma abordagem da obra de Lima Barreto que não a engesse na dimensão política de sua fabulação, engessando-a na categoria de resistência, como espaço de produção signífica exclusiva para seus textos. A ela devem ser acrescentadas categorias que permitam valorizar e estudar a dimensão criativa e propositiva da literatura barreteana, de modo que possamos entender, imaginar e especular formas de viabilizar o projeto de um mundo onde a antinegitude não seja fundamento civilizatório.

### **3. TERCEIRO APONTAMENTO: RAÇA E LITERATURA**

Neste tópico buscaremos apontar para uma discussão que acreditamos ainda ser relevante no contexto da literatura brasileira, que é o modo como a raça modula de forma controversa a recepção crítica dos textos literários de autoria negra. Nossa hipótese é que as recepções nos campos da crítica hegemônica e de parte da crítica negra, recaem às vezes na ênfase da dimensão biográfica do texto negro, e com esse gesto acabam voluntária ou involuntariamente: mitigando sua potência criativa; colocando esses textos sempre na fronteira entre o literário e o não literário; e não dialogando com o repertório teórico que vem sendo criado a partir da experiência negra, por intelectuais comprometidos com esse trabalho. Muitas consequências advêm dessa economia crítica sobre a literatura afro-brasileira, uma das principais delas, e a que nos interessa diretamente nesse texto é questionar o biografismo como investimento crítico preponderante, nos materiais didáticos produzidos para difusão e conhecimento das obras de autoria negra. Não discutiremos neste texto, os aspectos positivos da apresentação biográfica da autoria negra, mas reconhecemos sua necessidade histórica, nosso questionamento irá em outra direção.

Embora tenhamos apontado uma similaridade na abordagem da textualidade negra, pela crítica tradicional e aquela voltada às produções negras, é necessário mostrar que os caminhos e motivações pelos quais ambos os grupos justificam a abordagem crítica do biografismo é completamente diferente, motivados inclusive por intenções éticas contraditórias.

As reações da crítica nacional a racialização do debate no campo literário são bastante conhecidas e fazem jus ao modo como a sociedade brasileira vinha historicamente tergiversando sobre as tensões raciais que constituem nossas relações sociais mais básicas. A antinegitude que alicerça o projeto de modernização da nação brasileira migrou para a esfera da literatura amarrada à ideia de neutralidade científica, já citada anteriormente, e apostando a ficha na dialética

da mestiçagem com produção de uma universalidade racial branca. Recuperamos essa discussão para sinalizar que esse projeto não seria realizável se o campo da crítica literária no Brasil não compactuasse com ele de forma direta e intensiva, silenciando de forma sorrateira e covarde: a ausência de personagens negros; sua presença animalizada, o escasso protagonismo de mulheres e homens negros na prosa, a disparidade gigantesca de publicações entre as populações negras e não negras. Enfim, sem que a crítica da literatura brasileira ocultasse os cadáveres do epistemicídio, os processos de democratização em nossa sociedade, quiçá, não teriam chegado ao nível de fragilidade no qual se encontra.

Diante do quadro de avanço das políticas de ações afirmativas e solidificação de um espaço, ainda que tênue, para a produção intelectual negra advinda das cotas, seu território é ocupado por categorias, como literatura afro-brasileira, literatura negra, afrodescendente e literatura de terreiro. Dessa forma, não sendo mais possível impedir a circulação dessas categorias, os intelectuais hegemônicos dedicaram-se a imputar a elas uma suposta contradição com a noção de literatura, supostamente universal e a deslegitimar pesquisas que se voltam a autores não consolidados no cânone nacional. Em que pese a imensa fragilidade desses argumentos e a consideravelmente extensa bibliografia sobre eles, nos escusamos aqui de repisar essas questões.

O importante para nós é compreender como depois de superar, mesmo parcialmente, as grades de contenção que produziam seu apagamento, vencendo essa disputa política e epistêmica, e após a intensa recusa dos grupos mais conservadores das letras no Brasil, essas obras negras têm sido recebidas e lidas por autores não negros. Óbvio que uma questão como essa exige um investimento amplo de pesquisa, que não corresponde aos modestos objetivos desse texto. Mas nos permitiremos aqui levantar algumas hipóteses com base em exemplos de recepções mais e menos recentes referentes à obra de Lima Barreto. Vale ressaltar que, com a solidificação crescente de uma crítica da literatura negra, a ausência gritante de pesquisadores brancos discutindo essas obras continua imensa, agora apoiada em compreensões equivocadas ou oportunistas de noções como “identitarismo” e “lugar de fala”. Pesquisadores e pesquisadoras brancas se valem de uma série de debates essencialistas, surgidos dentro e fora do circuito intelectual afro-brasileiro, para se esquivar da necessidade epistêmica e política de ampliar seu arcabouço teórico e analítico, dialogando com outras vertentes culturais, mas sobretudo, se recusam a aplicar o capital intelectual que acumularam em suas formações na leitura de obras de autoria negra.

São famosas as primeiras recepções da obra barreteana que debitavam importância de seus textos devido a um suposto baixo teor literário, e isso aparece na famosa crítica de Medeiros e Albuquerque, que devido as alusões pessoais, a ridicularização e exposição de pessoas facilmente reconhecíveis na narrativa de *Carta ao Escrivão Isaías Caminha*, classificou a obra como um romance à clef. Já Osman Lins, em *Lima Barreto e o espaço romanesco*, defende que há na obra do autor “uma grande homogeneidade”, para ele sua literatura “tão variada é um bloco coerente e em toda ela reconhecemos, inconfundível, nítida, a personalidade do autor” (1976, p. 17). Quando as discussões são produzidas a partir de um outro campo que não o literário, costuma-se inflacionar os determinismos biográficos preenchendo de forma mais insidiosa a produção ficcional, como aparece na apresentação que Lilia Moritz Schwarcz, faz ao *Contos Completos de Lima Barreto*. Buscando explicar a natureza de um ressentimento que a autora nota na obra de Lima Barreto ela escreve: “Na obra do escritor, essa sensação de desterro intelectual parte de uma vivência pessoal profunda, cravada no destino familiar e íntimo, mas ganha respaldo numa avaliação crítica da política e economia da época” (2010, p. 25).

Embora assinalada como um sintoma explicável socialmente, a sensação de abandono que atravessa a obra do autor não é oriunda de uma estetização da experiência social individual e coletiva, mas de uma transposição da vida privada. Muito mais incisivos que esses exemplos são outros que defendem, por exemplo, uma reprodução da vida pessoal do autor em seus personagens como Vicente de *Cemitério dos Vivos e Isaías Caminha*, do romance homônimo.

É importante salientar que não há nada de errado com abordagens que invistam criticamente no teor sociológico de sua obra, como o *Lima Barreto: um pensador social na primeira república*, de Maria Cristina Teixeira Macedo; nem nas produções biográficas, como *Lima Barreto Triste Visionário* de Lilia Schwarcz, ou ainda o *Tristes Subúrbios: Literatura cidade e memória em Lima Barreto*, do historiador Pedro Belchior. O problema se instala quando essas abordagens são acatadas pelo campo literário como interpretações da obra do autor, que bastam por si, desobrigando a crítica literária brasileira a investir numa atualização da leitura de sua obra que parta de sua relação intrínseca com o que há de mais contemporâneo em nossas letras, as literaturas negras e periféricas, por exemplo, encarando, dessa forma, o desafio que a produção barreteana traz para o nosso campo crítico.

Nesse sentido devemos salientar que nos opomos a essa postura porque dela decorre a contingência da potência crítica e inventiva desses textos, suas



proposições teóricas e projetos de sociedade e de modernidade. Nesse sentido a crítica mais voltada à tradição canônica valida o biografismo como método de análise, pois ele não abala as estruturas avaliativas e valorativas do campo, não muda os critérios de elegibilidade do cânone, nem dos prêmios literários, enfim, não altera as esferas de reconhecimento para a autoria negra. Assim, lega o reconhecimento conferido a esses escritores ao status de porta-voz, ou representante de um grupo. Essa estratégia de integração controlada mantém o campo literário enfezo à produção negra e sua diferença, publicizando uma presença negra vi-ciada e *commoditizada*, mediada pelo mercado e pela venda de livros. O autor ou autora negra de destaque não é, ainda, aquele que põe em xeque as estruturas de validação do campo, que agride o sistema propondo formas novas e democráticas de sensibilidade que devem desdobrar-se em modelos de uma sociabilidade mais interativa, mas muitas vezes aquele que vende bem, nas feiras e eventos literários mediados pelas grandes editoras.

Portanto, não apenas a recepção dos textos negros, por pessoas brancas é muito rara, quanto sua própria circulação nas esferas de validação, como academia e mercado, é mediada por essa estrutura canônica, que sustenta grande parte da crítica feita por pessoas brancas, no Brasil. Assim, “biografismo” e “resistência”, são acatadas pelo campo crítico como categorias de mediação controlada da presença negra, a partir de um funcionamento difuso, pouco problematizado e de vasto uso. Propositamente noções/categorias/conceitos como esses são mais reproduzidos que problematizados e acabam por simular um pertencimento da produção negra ao campo literário que não se efetiva verdadeiramente no abalo dos sistemas avaliativos e valorativos, ou seja, um haikai, e uma quadra são gêneros textuais compreendidos como literários, mas um provérbio, ainda não.

Por outro lado, o biografismo aparece na crítica literária produzida por pessoas negras por meio de outros funcionamentos. O primeiro, e mais perverso deles é a necessidade de disputar território com uma estrutura de validação canônica murada e armada contra o repertório cultural afro-indígena. Nesse sentido, editar, publicar e circular material são movimentações mediadas por uma estrutura centenária, que compreende tanto os eventos acadêmicos, as revistas científicas e as grandes editoras. Essa mediação implica em negociar com uma série de exigências e contingenciamentos cobrados por essas instâncias para a circulação do texto negro.

Essa burocracia de modulação da circulação da produção de pessoas pretas, acaba dando bases políticas para um segundo aspecto igualmente cruel, que fragiliza o debate proposto pela intelectualidade negra: o perigo constante da transformação das realizações negras em commodity, como nos alerta bell hooks

(2019). Nós intelectuais negros, nunca estamos plenamente convictos de que uma obra recepcionada de modo a merecer um amplo destaque, não está mediada por um gesto proporcional de integração, commoditização e contingenciamento, pois, como afirma hooks “a *commoditização* contemporânea da cultura negra retira das obras seu potencial contra-hegemônico [...]” (idem, p. 33), nos obrigando a ficar o tempo inteiro vigilantes quanto às reativações festivas de gestos de neutralização da força crítica dessas obras.

Em seu *Cenas de Libertação: verbalizar o anseio*, bell hooks alerta para a dimensão de censura que atravessa a seleção/edição ou rejeição de manuscritos, no contexto norte-americano, e conclui: “Os escritores radicais que criam obras transgressoras muitas vezes são informados não que são demasiados políticos ou ‘de esquerda’, mas que simplesmente não tem boas chances de venda[...]” (2019, p. 49). A observação de hooks, é inteiramente legível em nosso contexto, e nos obriga a encarar o fato de a produção literária e crítica da população negra no Brasil, não dispor de um circuito sólido e autônomo de circulação, recebendo as mediações da elite, da mídia, do mercado e da tradição acadêmica de base eurocêntrica, por isso ela é constantemente constrangida a negociar sua própria aparição.

Assim, o terceiro aspecto decorre diretamente dos outros dois; é a frágil autonomia conquistada pelos intelectuais negros, no quadro mais amplo da cultura brasileira. Isso se explica facilmente pelo número reduzido de docentes negros nas universidades brasileiras, cerca de dez por cento; sua escassa aparição nos meios decisórios da pesquisa, da arte e da mídia; o baixo número de grupos de pesquisa dedicados à investigação da produção literária afro-brasileira; o que é agravado pelo reduzido número de editoras que se dedicam à publicação de suas obras; e também, ao reduzidíssimo alcance da circulação dessas editoras. Muitos outros motivos poderiam constar aqui, mas esses já bastam para sustentar nossa proposição seguinte.

Devido a esse cenário, ainda precário, de autonomia, circulação e produção teórica, a crítica produzida pela intelectualidade negra, tende a ser elogiosa, e a negociar consigo mesma uma tendência a não desenvolver uma postura mais disposta ao diálogo franco com seus escritores. Essa escolha é baseada no medo de fragilizar, ainda mais, um campo em formação, que não goza de sua plena autonomia. bell hooks, nos fala brilhantemente dessa tensão mostrando como em última instância que esse receio consiste em ameaçar os laços de solidariedade necessários para a construção de uma emancipação negra coletiva. Esse medo aparece em um episódio narrado pela autora, no qual seus alunos estavam “preocupados com a possibilidade de uma crítica negativa significar que não estavam

apoiando um companheiro (no caso Spike Lee), que está tentando desenvolver um trabalho e ser solidário com a negritude” (2019, p. 40).

Diante desse quadro, me parece que parte significativa da crítica negra entende que o campo não está sólido o suficiente para debates, confrontos teóricos e críticos que questionem mais diretamente as obras literárias, temendo que os embates enfraqueçam o senso de comunidade. Dessa questão se desdobrariam outras muito importantes, como quais seriam os procedimentos corretos para fortalecer os debates sem enfraquecer a expansão da literatura e da crítica negra? A ausência de debate sobre critérios de valoração e qualificação não nos deixaria a mercê da tradição canônica? Como nos protegeríamos do risco que as tensões inerentes ao debate, fossem capitalizadas pela elite colonial/burguesa, para desmerecer a literatura negra? Uma breve genealogia da luta negra no Brasil nos informa da plausibilidade dessa preocupação.

Mas não há neste texto espaço para esse debate – por hora devemos compreender como essa encruzilhada entre política e crítica, aproxima, muitas vezes, as análises negras do recuso do biografismo. As orientações acadêmicas, os processos de edição, a seleção das livrarias, tudo direcionado para a reiteração de uma imagem negra de superação e integração que é absolutamente dependente de um tipo de biografismo. Ou seja, o biografismo tal como é efetuado por parte da crítica acaba adentrando os campos minados do fetiche, pela existência do pobre e iletrado; e do mérito, pelo exemplo de superação.

São exemplos conhecidos dessas duas faces: Carolina Maria de Jesus e Lima Barreto, mas elas remontam a escritores mais antigos, como aponta Sílvio Roberto Oliveira em *Gamacopeia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*, onde o crítico nos informa que a história de vida do poeta negro foi exaustivamente recontada, graças ao seu caráter heroico, e pergunta: “Ocorreu uma paulatina mitificação da imagem do abolicionista, que interferiu na interpretação dos poemas. Como se deu a reinvenção da imagem de Luiz Gama e de que modo isto interferiu nas análises de sua poesia?” (2004, p. 25). Percorrendo um arco temporal que vai de Luiz Gama à Carolina Maria de Jesus, percebemos como o biografismo atravessa a crítica dedicada à leitura de obras negras, e se mantém em pleno funcionamento espreado pelos TCCs, artigos de congressos científicos, resenhas acadêmicas, reportagens na grande mídia, enfim, continuam sendo criados os cercadinhos de circulação controlada para esses textos.

Um exemplo decisivo sobre as formas de negociação de que estamos falando é o livro *Olhos D’água*, da Doutora em literatura e escritora, Conceição Evaristo. A obra, de reconhecida importância no cenário da literatura brasileira

contemporânea traz em sua orelha a seguinte apresentação: “nasceu numa favela da zona sul de Belo Horizonte. Teve que conciliar os estudos com o trabalho como empregada doméstica, até concluir o curso normal em 1971, já aos 25 anos. [...]”. O biográfico é acionado como porta de entrada para a obra literária de autoria negra, não porque se relaciona com um macrocosmo social e irá a partir dele fornecer pontes para a leitura, mas porque interdita o poder de ruptura que muitas delas carregam, e porque, expostas desse lugar, interessam ao mercado do capital, no qual a identidade negra não ultrapassa a dimensão da mercadoria, revestindo a antinegitude do “verniz” brilhante das vitrines.

A obra de Lima Barreto foi, sem sombra de dúvidas, uma das que mais sofreram a leitura crítica mediada pelo biografismo. Em contraposição a isso, devemos investir criticamente no texto negro, em sua relação com a tradição, com a história, com suas proposições de mundo, e suas rasuras nos modelos epistemológicos e nos paradigmas políticos, devemos em suma, nos permitir aprender com essas obras. Por isso a mediação docente, no ensino da literatura negro-brasileira, tomando a obra de Lima Barreto, não deve sob nenhuma hipótese reencenar o biografismo como estratégica exclusiva de análise de seus textos.

## CONCLUSÃO

Uma crítica literária empenhada em não repetir nem compactuar com os gestos de estrangulamento do campo canônico na análise e interpretação das obras negras contribui de maneira decisiva para qualificar o ensino e a pesquisa sobre literatura no Brasil. Entre seus desdobramentos centrais estará a instrumentalização docente com aporte teórico para a produção de um processo de ensino-aprendizagem no campo das letras, que atualizando os métodos de interpelação do texto negro, possa investir em um modelo de educação no qual a diversidade étnica e cultural apareça sempre como um valor ético e civilizatório.

Alguns aspectos centrais, nos quais devemos investir energia produtiva são:

a) produção de material didático nos quais as obras, personagens e autorias negras apareçam desembaraçadas do emaranhado que lhes prende exclusivamente aos mesmos lugares de representação, performando cenas de precariedade e privação, que no máximo conseguem reforçar estereótipos e impedir a produção de uma consciência racial e de classe, a partir dos textos;

b) repensar, na prática de ensino, os lugares que a autoria negra é posta, dentro da genealogia da literatura nacional, buscando entender em que as obras

extrapolam a classificação que lhe foi imputada, nos materiais didáticos e pedagógicos tradicionais;

c) relativizar o biografismo no processo de ensino aprendizagem, pois ele flerta com a mitigação do caráter ficcional do texto literário e de sua dimensão histórica mais ampla. Pois, a vida de um autor, que passou pela experiência da precariedade, pode ser um exemplo motivador, para que um jovem estudante periférico supere suas próprias dificuldades, mas em um mundo antinegro e constituído a partir da divisão desigual do capital, essa abordagem investe em um projeto de integração e inclusão social no modelo estrutural sistematizado para excluir.

O problema é que muitas vezes a obra em questão, como é no caso de Lima Barreto, propõe justamente o enfrentamento desse sistema de hierarquias raciais, sociais e culturais, e quando apostamos no biografismo, terminando por dar ao autor e sua obra um sentido avesso ao que ela tem, enfim, destruímos sua potência criadora, sua dimensão artística e estética; e

d) por último, é urgente redimensionar a ideia de resistência compreendendo que ela é apenas uma das dimensões importantes na produção literária de Lima Barreto e da tradição que dialoga intensivamente com ele, ou seja, as vertentes negras e periféricas de nossas letras. Além de resistir a violência simbólica e física, a literatura afro e indígena agenciam formas de imaginar outros modelos de sociabilidade, interação e comunicação que podem quem sabe, nos legar possibilidades de organizar uma sociedade que não dependa da racialização e da pobreza para manter seu funcionamento.

Portanto, uma crítica autônoma e comprometida com o repertório cultural negro, é fundamental para instrumentalizar e municiar práticas docentes emancipatórias, que concebam a diferença como valor inegociável. Cabe à arte e à literatura, como sempre, abrir possibilidades de imaginar um devir para esse mundo de agora, e a nós, críticos, docentes, pesquisadores, gestores, intelectuais, transmutar essa fabulação em projeto ético e ação política, e isso não é possível sem um sistema educacional forte, e uma produção teórica corajosa e encorajadora.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José. *Iracema*. Osasco SP: Novo século editora, 2002.

BARRETO, Lima. *Cemitério dos vivos*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

BARRETO, Lima. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. (Volume I e III).

BELCHIOR, Pedro. *Tristes Subúrbios: literatura, cidade e memória em Lima Barreto*. Niterói: EDUFF, 2017.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação da biblioteca nacional, 2015.

FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. *Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.

HOOKS, bell. *Anseios raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto um pensador social na primeira república*. Goiânia: UFG; São Paulo: Edusp, 2002.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. Lima Barreto: Recordações do escrivão Isaías Caminha. In: BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. Organização Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo* São Paulo: Edusp, 2008.

PINHO, Osmundo. O ciclo da morte e o materialismo estético. In: FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. *Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.

PINHO, Osmundo. *Cativeiro: antinegitude e ancestralidade*. Salvador: Segundo Selo, 2021.

RABASA, Gregory. *O negro na ficção brasileira*. RJ: Edições tempo brasileiro, 1965.

SANTANA, Suely Santos. *Uma voz destoante na Rua do ouvidor: Lima Barreto e a Representação das relações raciais no início do século XX*. Dissertação de mestrado: UFBA, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Contos Completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2011.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música e dança: Hip Hop*. São Paulo: Parábola editorial, 2011.

VARGAS, João. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e antagonismo estrutural. *In: FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.

WILDERSON III. Frank B. Biko e a Problemática da presença. *In: FLAUZINA, Ana; VARGAS, João. Motim – horizontes do genocídio antinegro na diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.

